

MEIO AMBIENTE

O cabo de guerra do licenciamento

Deputados e senadores tentam um acordo sobre vetos do presidente Lula à lei, enquanto frentes parlamentares defendem derrubada integral. Ambientalistas mostram preocupação

» DANANDRA ROCHA
» VANILSON OLIVEIRA
» WAL LIMA

O Congresso deve analisar amanhã o veto parcial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025), sancionada em agosto. O texto, originado do PL 2.159/2021, foi aprovado pelo Legislativo com mais de 400 dispositivos, dos quais 63 foram vetados pelo Executivo. Entre os pontos rejeitados, está a possibilidade de que o Licenciamento Ambiental Especial (LAE) fosse realizado em fase única, mecanismo que visava acelerar a liberação de empreendimentos considerados estratégicos. O governo justificou os vetos por razões técnicas e ambientais, argumentando que o modelo monofásico poderia fragilizar o controle e comprometer a segurança jurídica do processo de licenciamento. O Ministério do Meio Ambiente defende que a LAE deve manter o formato trifásico, com análise prévia, licença de instalação e licença de operação, de modo a garantir a integridade socioambiental.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) recebeu, ontem, representantes de diversas frentes parlamentares e entidades do setor produtivo para discutir o veto presidencial.

O objetivo, segundo os organizadores, foi buscar uma posição unificada antes da votação. “Vamos tentar essa conversa com o governo até o fim. Ainda não há decisão final sobre o posicionamento das frentes”, afirmou Passarinho.

Representando o PT, o



Se os vetos da Lei Geral do Licenciamento Ambiental entrarem em pauta, a tendência é a derrubada. Ou seja, o retorno de retrocessos muito sérios na nossa legislação”

Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima

deputado Zé Neto (PT-BA) defendeu um debate técnico e sem extremismos. “A questão ambiental é uma preocupação real do planeta, e não podemos nos afastar desse debate internacional. É possível modernizar, dar mais eficiência e celeridade, sem abrir mão do equilíbrio”, disse. Para ele, o diálogo entre governo e setor produtivo é essencial: “Aqui não há adversários. Nenhum setor produtivo pode dizer que o nosso governo foi danoso — ao contrário, muitos avanços ocorreram justamente nos nossos mandatos”.

Entre os vetos, um dos pontos mais controversos foi a exclusão da possibilidade de tramitação em fase única para o Licenciamento Ambiental Especial (LAE), proposta vista como estratégica para destruir investimentos em infraestrutura e energia.

Ontem, o Instituto Livre Mercado (ILM) e mais de 80 entidades — entre elas CNI, CNA, Fiesp e Única — divulgaram um manifesto pedindo a derrubada integral dos vetos. Segundo o documento, as mudanças reintroduzem burocracia e comprometem a segurança jurídica. “O Brasil precisa de regras

claras e proporcionais, que assegurem previsibilidade e estimulem o investimento sem comprometer a preservação ambiental”, diz o texto.

O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) reforçou que o objetivo não é confrontar o governo, mas restabelecer o consenso construído ao longo de duas décadas de debate. “Queremos recuperar a lei de licenciamento ambiental, destravar investimentos e promover o desenvolvimento sustentável. São 88 entidades dos mais diversos setores representadas aqui — do agro à energia, do saneamento ao comércio. [...] O clima é de unidade e uma disposição de construção”, afirmou.

O senador Beto Faro (PT-PA) defendeu os vetos do presidente. Segundo ele, o texto aprovado pelo Congresso “era permissivo e inconsequente” e colocaria o Brasil em posição vulnerável às vésperas da COP30, que será realizada em Belém (PA). “Os vetos do presidente Lula foram absolutamente necessários. Caso contrário, o país estaria declarando ao mundo que não tem compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade. A manutenção dos vetos evita um dano extremo à imagem e à credibilidade do país”, afirmou.

Para o especialista John Wurdig, gerente de transição energética do Instituto Internacional Arayara, o governo ainda não apresentou, com clareza, as diretrizes da nova LAE. “O cenário sobre as diretrizes da Licença Ambiental Especial ainda não foi apresentado pelo governo federal à sociedade brasileira. Como estamos a menos de 30 dias da COP30, talvez seja estratégico para o governo esperar o término da conferência mundial do clima e somente depois passar a ‘boiada de projetos’ que serão contemplados pela LAE”, avaliou.

Segundo ele, a nova modalidade pode acabar “contemplando a expansão da indústria fóssil”, especialmente “a exploração de petróleo na foz do Amazonas e a inclusão de novas usinas termelétricas a gás e óleo”.

A coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, também expressou preocupação com a possível derrubada dos vetos. “Se os vetos da Lei Geral do Licenciamento Ambiental entrarem em pauta, a tendência é a derrubada. Ou seja, o retorno de retrocessos muito sérios na nossa legislação. Vão voltar inconstitucionalidades e insegurança jurídica”, afirmou.

Segundo Suely, os trechos originalmente vetados incluem medidas que “facilitam o autolicensing com larga aplicação, criam conflito com direitos indígenas e quilombolas e reduzem o controle ambiental sobre empreendimentos financeiros e petroleiros”. Para ela, o risco maior é o de “voltar a um modelo de licenciamento marcado por interferências políticas e fragilização dos mecanismos de proteção ambiental”, finalizou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Supremo julga militares, enquanto PL da Dosimetria encalha na Câmara

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu ontem a condenação dos sete réus do chamado núcleo 4, responsável por ações de desinformação vinculadas à trama golpista que organizou a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal federal (STF). Enquanto o julgamento de mais esse grupo de militares e agentes públicos envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 avança na Primeira Turma do STF, agora presidida pelo ministro Flávio Dino, o PL (Projeto de Lei) da Dosimetria, cujo relator é o deputado Paulinho da Força (Solidariedade), está empacado na Câmara.

O PL da Dosimetria tem o objetivo de reduzir as penas dos condenados pela tentativa de golpe de Estado, porém também não avança, devido às divergências entre o Centrão, que apoia a mudança, e o PL e os demais integrantes da bancada bolsonarista, que querem uma anistia para Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão em regime fechado. O ex-presidente quer recuperar a liberdade e o direito a concorrer à Presidência nas eleições de 2026.

Esse é um jogo jogado, não há a menor chance de seguir adiante antes das eleições de 2026. Ainda mais depois de iniciadas as negociações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que pressionou o Supremo para que não condenasse Bolsonaro, impondo duras tarifas às exportações brasileiras, da ordem de 50%, e sanções financeiras ao ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, e seus familiares, entre outras autoridades.

Assim como a aprovação da chamada PEC da Blindagem pela Câmara foi amplamente repudiada, o PL da Dosimetria também enfrenta dificuldades para ser aprovado por causa da opinião pública. É rejeitado por 52% dos entrevistados, segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada em 8 de outubro. O mesmo levantamento mostra que 37% são favoráveis, com a justificativa de que as penas foram muito duras, enquanto 11% estão indecisos ou não responderam.

A medida é uma espécie de texto alternativo ao PL da Anistia, relacionado aos condenados pelos ataques à sede dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Ele tem como objetivo propor punições menores e mais brandas, ao contrário de um perdão político “amplo, geral e irrestrito”, como defendido por alguns membros da oposição.

Condenados

Débora Rodrigues dos Santos, manifestante do 8 de Janeiro que escreveu “Perdeu, mané” com batom na estátua da Justiça, em frente à sede do STF, foi condenada a 14 anos de prisão em regime domiciliar, com base na legislação vigente, que muitos consideram uma pena muito elevada. O próprio ministro Luís Roberto Barroso, que anunciou que deixará a Corte, avalia que “algumas penas” foram muito elevadas.

Mesmo assim, a bancada do PL acredita que esta será uma semana decisiva para o avanço do projeto da anistia na Câmara dos Deputados. “Dosimetria é conversa fiada para boi dormir. Nós não somos bois. Dosimetria não é papel do Congresso. Papel do Congresso é conceder anistia”, afirmou o pastor Silas Malafaia, durante o ato na Esplanada dos Ministérios na semana passada. O relator tem resistido à pressão e sinalizou aos líderes da Câmara que busca um texto de consenso com o Senado e que não possa ser barrado pelo STF.

Uma das propostas de Paulinho é permitir que os condenados pelo 8 de Janeiro deixem o regime fechado após a nova dosimetria. Já para os integrantes do chamado “núcleo central” — que inclui Bolsonaro e outros sete réus condenados pelo STF —, a previsão seria de redução de pena, mas não o suficiente para evitar o cumprimento de parte da prisão em regime fechado, caso de Bolsonaro.

No julgamento do grupo quatro da trama golpista, os réus são Ailton Moraes Barros, ex-maior do Exército; Ângelo Denicoli, major da reserva do Exército; Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal; Giancarlo Rodrigues, subtenente do Exército; Guilherme Almeida, tenente-coronel do Exército; Marcelo Bormevet, agente da Polícia Federal; e Reginaldo Abreu, coronel do Exército. São acusados de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; organização criminosa armada; dano qualificado; deterioração de patrimônio tombado.

Segundo a PGR, os réus usaram a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionar adversários políticos, criar e espalhar informações falsas contra o processo eleitoral, instituições democráticas e autoridades que ameaçavam os interesses golpistas. Para Gonet, a consequência desses ataques foi a invasão e a destruição das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Esse é o segundo grupo de réus a ser julgado pela Primeira Turma. Além de Bolsonaro, o colegiado condenou, em setembro, outros sete aliados do ex-presidente por golpe de Estado, entre eles, quatro militares de alta patente.

Eduarda Esposito / CB / DA Press



A FPE recebeu representantes de diversas frentes parlamentares e entidades do setor produtivo para discutir os vetos do Executivo

Mais transparência de dados climáticos

» RAFAELA GONÇALVES

Às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), o Brasil acelera os esforços para se consolidar como referência global em transparência e governança climática. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) renovou um acordo de cooperação técnica com o Carbon Disclosure Project (CDP) — principal plataforma independente de divulgação ambiental do mundo — para ampliar a transparência e o acesso a dados sobre emissões de gases de efeito estufa no país, a partir de informações da iniciativa privada.

Com validade de quatro anos, a parceria permitirá, pela primeira vez, a integração dos dados de empresas que reportam suas emissões

ao CDP, incluindo grandes corporações brasileiras. Essas informações serão incorporadas aos sistemas públicos de acompanhamento, como o SIRENE Organizacionais e o DataClima+, ambos mantidos pelo MCTI.

A iniciativa, obtida com exclusividade pelo **Correio**, expande a cooperação iniciada em 2021. Na prática, a integração dos dados possibilita a melhora no monitoramento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) — metas assumidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

“Temos enfatizado a transparência e a integridade de informações climáticas acuradas e confiáveis para que os diferentes segmentos econômicos, em especial as empresas, possam contribuir

com a agenda climática”, afirmou a ministra do MCTI, Luciana Santos.

Para a CEO do CDP, Sherry Madera, o Brasil demonstra visão de longo prazo. “Ao alinhar as plataformas governamentais com as divulgações ambientais corporativas, o país constrói o retrato completo que tantas vezes tem faltado. Isso vai além do compartilhamento de dados. Trata-se de criar a infraestrutura de transparência que permite ações realmente positivas para o planeta”, disse.

O acordo também prevê cooperação técnica e científica, produção de estudos conjuntos e capacitação de empresas e organizações da sociedade civil, reforçando a aproximação entre Estado e setor privado na agenda de transição ecológica. Segundo o coordenador-geral de Ciência do Clima do

MCTI, Márcio Rojas, o intercâmbio com o CDP deve “melhorar a qualidade dos relatos corporativos e ampliar o engajamento das empresas nessa pauta”.

Sem envolver repasse financeiro, a colaboração seguirá as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, o MCTI passará a endossar o ciclo anual de divulgação do CDP, estimulando mais companhias brasileiras a aderirem ao reporte ambiental.

Com a nova parceria, o Brasil pretende usar a transparência como instrumento de credibilidade internacional, mostrando avanços no monitoramento das emissões e na implementação das metas do Acordo de Paris.

» Leia sobre COP30 na página 6